

## O BANDEIRANTE NAS DISPUTAS POLÍTICAS DO SÉCULO XX: A UTILIZAÇÃO DO CONHECIMENTO HISTÓRICO

Katia Maria Abud  
(Feusp-São Paulo)

São Paulo de Borba Gato, São Paulo de Anhanguera.  
Apelo à luta emitido pelo auto-falante do Largo de São  
Francisco, em 1932.

“O Estado Novo é várias vezes bandeirante”.  
Cassiano Ricardo

Os meios de comunicação passaram para o senso comum a imagem do Bandeirante como um homem destemido, de uma raça privilegiada, que levou o progresso e anexou ao Brasil regiões muito distantes que hoje compõem o “imenso” território nacional. Transmitiram (e continuam transmitindo) a imagem que os historiadores construíram, ao produzir o conhecimento histórico sobre as bandeiras. É verdade que há momentos em que a utilização dessa imagem se esvanece, e outros nos quais ela reaparece com muita força. Esta última hipótese foi o que aconteceu, durante o movimento de 1932, quando a figura do Bandeirante teve grande relevo.

Quando terminava a década de 1920, o descontentamento contra as oligarquias que dominavam o poder fez com que setores da sociedade paulista se unissem a grupos da classe média urbana e a uma parte do proletariado. Entre esses setores estavam membros do Partido Democrático de São Paulo (PD), criado em 1926, que abrigava políticos descontentes com o PRP, tradicional agrupamento político dos senhores do café. Na luta pelos votos o PD viu-se forçado a incorporar um temário que, de um lado mantinha a proposta básica paulista que era a manutenção, e se possível, a ampliação da autonomia dos Estados, sob a hegemonia dos Estados mais poderosos: São Paulo e Minas – e ao mesmo tempo, fazer alianças com grupos de interesses antagônicos, como o movimento tenentista, que apresentava proposta de centralização do poder, com o fim da predominância mineira ou paulista.

O movimento de 30, quando de sua eclosão, contou com o apoio entusiasmado da oposição em São Paulo, que esperava que o novo governo pusesse em prática as suas propostas. O movimento revolucionário se consolidou, e houve, num primeiro momento, união entre Estados e Governo Federal. Mas, aos poucos, com a instalação de tenentes e tenentistas nos governos estaduais, a unidade foi se rompendo em alguns Estados. São Paulo foi um deles.

O governo de São Paulo tinha sido confiado ao tenente João Alberto, que não era paulista. Isto significou para o PD uma traição, já que as lideranças políticas tinham acordado com Getúlio, de que o governo de São Paulo ficaria nas mãos de um político do Estado – Francisco Morato. A escolha do secretariado acalmou a oposição em São Paulo, pois dele participaram muitos paulistas. Porém, durou somente 40 dias. Com sua renúncia, reapareceram os sinais de descontentamento. No início de 1931, já tinha se tornado bastante visível a decepção do PD – seus membros tinham apoiado a Revolução de 1930, na esperança de ascender ao poder, substituindo os antigos políticos do PRP.

No entanto, não só estavam ficando cada vez mais distantes dele, como também viam tomar força uma política de fortalecimento do poder central, em detrimento da autonomia estadual. A situação se agravou quando João Alberto, além de legalizar o Partido Comunista, tentou uma política de aproximação com a classe operária, concedendo aumentos salariais e diminuindo a jornada de trabalho. Tais atitudes assustaram o empresariado paulista, e já em 1931, o PD rompia com o interventor, num manifesto, no qual reivindicava um governo paulista e civil. O partido foi fechado por ordem do governo central assim como o jornal o *Diário Nacional*, seu porta-voz. A situação foi se tornando cada vez mais crítica e, em fins do mês de abril, os democratas tentaram um golpe. O fracasso dessa tentativa levou à prisão mais de 200 revoltosos.

A partir desse acontecimento, a oposição iniciou um movimento pela volta às formas legais, e levantou como bandeira de luta, a reconstitucionalização do país. O aumento de pressão fez com que João Alberto se demitisse, e Getúlio nomeou interventor Laudo Ferreira de Camargo, jurista, paulista e civil, que até então tinha se mantido neutro politicamente. O governo de Laudo de Camargo durou pouco. Dois meses depois, demitia-se, devido a diversas divergências com o grupo dos tenentes. Substituiu-o o General Manuel Rabelo.

No início de 1932, o PD rompeu publicamente com Getúlio Vargas e fez um acordo com seu antigo inimigo, o PRP. Formou-se então, a Frente Única Paulista. Outros Estados, como Minas e Rio Grande do Sul também assistiram à formação de Frentes Únicas, em seus territórios, que se uniram à paulista em torno da bandeira da Constitucionalização.

Ao tomar ciência da extensão da mobilização, Vargas resolveu acelerar o processo de constitucionalização, mas a radicalização da oposição ganhara corpo, bem como as articulações para realizar a luta armada, que eclodiu em 9 de julho (CAPELATO,1981).

O movimento de 32 significou uma aliança entre representantes do setor agrário, que compunham os dois partidos políticos que formavam a Frente Única e que contaram com a adesão de industriais e comerciantes.

As classes conservadoras de São Paulo se colocaram contra o Governo Provisório que representava uma outra fração da classe dominante brasileira, interessada no fortalecimento do Estado na sua intervenção na esfera da política e da produção (CAPELATO, op. cit.p. 21).

Além dos interesses econômicos, estavam em jogo projetos políticos divergentes (autonomia dos Estados versus Centralização), motivo pelo qual a camada conservadora articulou politicamente, sustentou a guerra e promoveu a campanha de mobilização do povo para a luta.

O apelo à luta armada contra a ditadura devia se fazer em nome de uma unidade de interesses, que não existia na sociedade paulista. Havia sim, uma unidade nas camadas dominantes paulistas – mas as questões nas quais se centralizava a oposição ao governo Vargas não sensibilizavam outras camadas da população como o operariado, visto pela vista dominante, como uma sempre presente ameaça. Era necessário que a população como um todo estivesse envolvida – era preciso o apoio de toda a população e por isso era preciso convencê-la que não eram as camadas conservadoras que lutavam por um projeto político, mas São Paulo que desafiava a ditadura em nome do Brasil; São Paulo que se erguia por uma constituição para o Brasil. Havia sempre uma busca de unidade, de universalização do particular, omitindo do seu ideário a divisão de classes da sociedade.

A unidade dos partidos políticos não era suficiente para a chamada à luta. Tanto o PD como o PRP representavam os mesmos grupos dominantes, e não contavam com a participação das

classes populares. Foi preciso que a “unidade” se estendesse a toda sociedade, e que, mais uma vez, se omitisse a divisão dessa sociedade em classes. Era necessário que o “povo paulista” se congregasse em torno da luta contra a ditadura – para tanto as forças mobilizadoras da revolução fizeram uso de toda uma simbologia que procurava sempre o conceito de unidade, de nivelização da sociedade em torno de figuras que pudessem representá-la.

Os valores generalizadores da ideologia burguesa foram acionados na chamada à luta – Nacionalidade, Civilização, Independência, o domínio da Natureza pelo homem – bem como valores muito caros à elite paulista: a “raça paulista”, as “tradições de São Paulo”. Conquanto a classe dominante se considerasse “quatrocentona”, e frequentemente, se expressasse de modo a se considerar pertencente a uma “raça privilegiada”, naquele momento estendeu aos negros, índios e imigrantes as suas qualidades. Qualidades essas que só a “raça” que havia sido gerada em solo de São Paulo poderia ter. O símbolo mais forte que essa raça encontrou foi o bandeirante – ele mesmo um produto da “raça” que surgira em São Paulo, e que ao construir a Nação, conquistara as terras que deram forma ao Brasil com sua valentia, ativez e independência.

Houve no Planalto de Piratininga um forte índice de mestiços, de índios e brancos; é fora de dúvida que percorreram as terras preando índios e procurando ouro e pedras preciosas. Mas, o significado que isso teve foi dado pelos historiadores, e permitiu, ou melhor, levou o bandeirante a ser o símbolo de São Paulo, quando a necessidade de integração de todas as camadas sociais em torno do mesmo projeto tornou premente o apoio de todos os segmentos da população.

Assim, por paulista não se entendia:

somente o indivíduo nascido e criado em seu território, mas todo aquele que para lá se transportou, que em suas terras se fixou, que lá vive e desenvolve a sua existência,

pleiteia seus ideais, confina a sua vida. Mesmo porque dos (...) milhões que atualmente o povoam, (poucos) são os que procedem dos antigos bandeirantes... (São Paulo: sua terra, sua gente: 1932)

Bandeirante era todo paulista que se dispusesse a partir para a luta, (idem, op.cit., p. 40) pois a tradição bandeirante varou os séculos, espelhos da grande alma antiga: ativa, aguerrida e indomável, que desvendou a selva, plantou os cafezaes, criou cidades fervilhantes, e

como se tanto e muito mais não bastasse vendo periclitarem nas sombras do ilusionismo ditatorial a luminosa integridade pátria, ei-la que se arroja, a mesma gente de Piratininga, a mesma raça ativa e generosa, para depositar ante o Brasil a dádiva suprema do seu ouro, do seu sangue e de seu admirável heroísmo (JORNAL DAS TRINCHEIRAS, 22/09/1932).

O *Jornal das Trincheiras* periódico que era fartamente distribuído nas áreas de combate e no Rio de Janeiro, não dispensava o uso do bandeirante para estimular os soldados paulistas, lembrando sempre quem era um paulista e que ele não tinha mudado, que não era diferente do sertanista do século XVII, que descobrira o ouro e com ele enriquecera a monarquia portuguesa, porque, em 1932, dava-se “ouro para o bem de São Paulo” (JT, 18/09/1932), o que mudaram foram as turmalinas de Fernão Dias, em ouro, ouro para a vitória paulista (JT, 18 /09/1932).

O mesmo jornal que acenava com a riqueza dos bandeirantes também se lembrava dele como símbolo do avanço da civilização. Assim, depois de narrar, em um de seus números, a epopeia de Anhanguera, na célebre história em que o sertanista ameaçou por fogo aos rios, o artigo “Estirpe de Anhanguera”, lembrava que, naquele momento a “chama da civilização” era levada adiante

pelo soldado constitucionalista. Mas, o exemplo mais expressivo da utilização do símbolo bandeirista encontra-se no jornal “*O Separatista*”, que trazia no expediente:

Diretor: Fernão Dias Paes Leme

Redator Chefe: Antônio Raposo Tavares

Secretário Geral: Cap. Luís Pedroso de Barros

O separatismo tomou força em 1932, e foi buscar na independência do paulista do bandeirismo o modelo de coragem, e a “garantia da bravura e da pertinácia com que continuaremos a evolução para o glorioso fim a que nos propusemos”. Os versos de Menotti Del Picchia para o hino “Anhanguera” retomou o tema da bravura que o soldado paulista tinha como dever, para restaurar a liberdade e sugeria que o seu lema fosse o de Anhanguera: “Vencer na empresa ou morrer”, para que nunca recuasse, “pois Raposo não recuou”. Havia uma alma “Bandeirante”, que se empolgara nos oitenta e três dias de luta e que sintetizava o que significava ser “Paulista”. A síntese maior, porém, é a que apareceu no poema “Minha Terra, minha pobre terra”, de Ibrahim Nobre. O mais famoso tribuno da Revolução:

São Paulo, lume de minnha terra! Em tua vigília fez-se o calor, a célula, o altar. Presidistes os destinos da família. Foste a glória do pão ganho com honra. Marcaste o nome, a propriedade, o Lar!...

Terra Paulista! Da tua carne massapé e honesta, do teu ventre de mãe fecundo e são, veio a alma que realizou a nacionalidade, imprimindo-lhe o sentido da Independência e os rumos católicos da civilização. De ti proveio o Homem que confrontou a natureza peito a peito e que a venceu e a dominou a facção e a fé! (apud CAPELATO, op. cit.)

A iconografia do movimento de 32 não dispensou a utilização do bandeirante para ilustrar toda uma sorte de papéis avulsos,

volantes, cartazes, cartões e até partituras musicais, que faziam convocação à luta. Às vezes o bandeirante empunhava a bandeira de São Paulo, outras acenava, chamando os jovens e outras vezes aparecia segurando em uma das mãos a caricatura de Getúlio Vargas, como a esmagá-lo. Sua imagem refletia sempre a bravura, representada pelo olhar firme e porte sereno, vestido com os trajes que se convencionou que seriam do sertanista: botas de cano alto, gibão e colete, e infalivelmente, o chapelão de abas largas emoldurava um rosto barbado e de cabelos longos. Os traços eram duros e procuravam dar ideia da austeridade e serenidade, braveza mesmo, com que os bandeirantes eram imaginados a partir de sua construção histórica.

A revolução de 32 usou o símbolo bandeirante; transpôs o conhecimento histórico sobre as bandeiras e o significado que a pesquisa histórica tinha lhe dado para uma função determinada naquele momento. Fez-se uso de uma imagem. Mas não foi um período de grande produção histórica sobre o Bandeirismo – foi uma fase em que a produção histórica forneceu uma imagem que cabia para representar determinados interesses. Esse período e mesmo o que o sucedeu não representou um momento de produção histórica sobre as bandeiras e os homens que as compuseram – mas significou de uma maneira bastante evidente, como o aspecto cognitivo da História pode ser transformado num instrumento político.

As forças de oposição, que lideraram o movimento de São Paulo eram representantes da elite paulista, que pretendia para seu estado a hegemonia na federação brasileira. Dessa mesma elite tinham saído os principais historiadores das bandeiras. Os aspectos do bandeirismo que tinham recuperado foram aqueles cujo significado lhe falava mais de perto e que por isso não precisou sofrer alterações para ser colocado como o maior símbolo de São Paulo – símbolo esse que persiste até hoje.



A Revolução de 32 não conseguiu o seu intento de impedir a centralização do governo federal e de manter a federação sob a hegemonia paulista. Ao contrário, foi derrotada nas armas e seu projeto político da elite foi por terra – os líderes de malograda revolução chamavam São Paulo de “terra conquistada”. Em 1933 iniciou-se o processo de aproximação de Vargas com os políticos de São Paulo, e em 1934, foi votada a constituição, onde prevaleceu o princípio de autonomia do estado. Durou pouco, porém. Em 1935, a “ameaça comunista” unia a classe dominante paulista ao governo central. Aquela, para destruição total do “perigo vermelho”, abria mão dos ideais de federação e autonomia estadual, aceitando para tanto, a concentração cada vez maior do poder nas mãos do Governo sem dar mostras de maiores reações quando da instalação do Estado Novo, em 1937.

No ano seguinte, porém, membros da antiga oligarquia paulista, como Armando de Sales Oliveira, Júlio de Mesquita Filho e outros elementos a eles ligados, participaram de uma conspiração contra o governo, aliando-se aos integralistas (FARIA; BARROS, 1984). O fracasso dessa conspiração deu a Getúlio a oportunidade de se livrar de inimigos e adversários políticos, que seguiram para o exílio e de aumentar os dispositivos de coerção contra as oposições para consolidar o Estado Novo. Finalmente, pode concluir a obra centralizadora que perseguia desde 1930, e colocar no aparelho de governo o centro responsável pelo processo de decisão.

Instalou-se de forma muito segura um governo autoritário, centralizador que procurava também formar uma imagem positiva junto à população. Para tanto, contava com o Departamento de Imprensa e Propaganda e com a colaboração de alguns intelectuais. Enquanto o DIP se ocupava de uma divulgação de caráter mais óbvio, os intelectuais, como Cassiano Ricardo, procuravam na História a justificativa para a implantação daquele sistema de governo. E o bandeirante que tinha simbolizado o estado de São Paulo e a luta pela federação retornaria dessa vez como símbolo de um governo centralizador.

Cassiano Ricardo nasceu em São José dos Campos, em 1895, numa família de pequenos agricultores. Formado em Direito exerceu cargos públicos destacados, tendo sido secretário de Pedro de Toledo e de Armando de Sales Oliveira. Foi poeta e ensaísta. É bastante conhecida sua participação na Semana de Arte Moderna e sua colaboração em grupos intelectuais nacionalistas, como Verde Amarelo e escolar da Anta, ao lado de Menotti del Picchia, Plínio Salgado e outros. Foi também historiador, e nesse campo deixou uma obra pouco vasta sobre as bandeiras, da qual se destacam *Marcha para Oeste, Pequeno Ensaio de Bandeirologia e um artigo, bastante esclarecedor do seu pensamento, O Estado Novo e o seu sentido bandeirante*.

Não mantinha elos de ligação com a elite paulistana, a não ser os literários. Não pertenceu aos partidos políticos, nem ao PRP nem ao PD, mas apoiou o governo Vargas, do qual se tornou quase que um porta-voz. Preconizava um governo forte, de caráter popular e eminentemente brasileiro, tal como ele via o Estado Novo, que encontraria “explicação nas linhas dentro das quais se processa, desde o primeiro momento a nossa formação social...” (RICARDO, 1941, p.110-132).

No entender de Cassiano Ricardo, foram três as sociedades que se estruturaram no Brasil Colônia: a sociedade agrária do litoral; a sociedade pastoril; a sociedade bandeirante sendo que somente esta última caminha para as fórmulas inaugurais de vida e de economia (idem, ibidem) Por suas características próprias, que ele mesmo condensou na quarta edição de *Marcha para Oeste*, a bandeira teria sido a geradora do Brasil contemporâneo e do governo que se organizava.

O aspecto mais significativo seria a distinção de três linhas nítidas que marcavam a estrutura social de cada bandeira, segundo o adestramento dos indivíduos “per status” e papéis especiais: comando, pelo mameluco; movimento, pelo índio; mineração e lavoura pelo africano. Ao especificar as três linhas

nítidas inseriu um elemento novo na composição étnica, negado ou omitido pelos outros historiadores das bandeiras; o negro, que contribuía, a seu ver, com o calor humano, abundância de sentimento e experiência sedentária na lavoura e na exploração das minas. Cada uma das raças era “aproveitada” no que tinha de traço psicológico considerado fundamental – ao mameluco que herdaria do branco a liderança, cabia a chefia, o comando do movimento, e o índio – “homo primitivus migratorius”, era aproveitado no seu nomadismo, só que nas bandeiras, “nomadismo dirigido”.

A bandeira era um “Estado em miniatura”, origem da formação do Estado brasileiro e a inclusão nela do branco, do negro, do índio lhe havia dado o aspecto de democracia racial, até mesmo de unidade nacional, a que a solidariedade existente dentro da organização bandeirista levaria. A solidariedade e o sofrimento no sertão nivelariam as diferenças sociais, como um “pequeno Estado larvar e vivo”. Esse Estado tinha um caráter popular e praticava uma democracia rudimentar, onde o chefe da bandeira falava pelo povo.

Embora, para Ricardo, São Paulo seiscentista se constituísse numa República, o poder estava centralizado nas mãos do chefe, atendendo a um “apelo popular”. Daí teria nascido o respeito às leis, característico das populações meridionais, do respeito ao Cabo de tropa, que se delineava um tipo político especial: “A autoridade envolve uma grande soma de poder pessoal” e faz do chefe da bandeira encarnação do governo forte – *disciplinador, protetor dos que pedem justiça, o chefe militar, o fundador do Estado CR, O Estado Novo e seu sentido bandeirante.*

O autor fundamentou sua obra sobre bandeirismo muito mais nas pesquisas de outros historiadores (Taunay, Paulo Prado, Alfredo Ellis) do que em informações que ele próprio colhera em fontes – no entanto deu um outro significado ao conhecimento que aqueles historiadores tinham elaborado. Se os

primeiros tinham valorizado a mestiçagem e a colocado como um elemento fundamental do bandeirismo, ele também o fez. Mas há diferenças fundamentais: para uns, a mestiçagem teria feito surgir uma “raça paulista”, que explicava o arrojo e a valentia do bandeirante, para ele a mestiçagem era um elemento nivelador da bandeira, aspecto que detonava sua formação democrática, origem do “self-government” brasileiro. O “espírito de iniciativa” que para os primeiros autores provinha das condições étnicas, sociais e mesológicas do Planalto, foi corrigido pela cooperação e associação, numa construção de harmonia, que o Estado Novo pretendia anunciar.

Ricardo mitifica ao passado o que lhe tornaria dificultoso acentuar o presente. A solidariedade social, o espírito cooperativo, dinamismo da ação individual direcionada socialmente, a mestiçagem intensa e a não existência de preconceito... – são apreciações muito mais voltadas para o querer do presente do que realmente considerações historicamente aferíveis no passado (LENHARO, 1985, passim).

É interessante notar que Ricardo expressou uma posição contrária a uma imagem criada anteriormente para o bandeirante, e que ele pretendeu manter afastada, pois tal tipo de imagem é bastante para

dificultar um estudo que precisa ser exato, despojado de qualquer halo conotativo de resíduos míticos, há o perigo constante da deformação diária resultante da localização demagógica da palavra por oradores, por políticos em propaganda eleitoral, ou por descendentes de velhos troncos bandeirantes (RICARDO, 1970, p. 27).

Ele não hesitou, porém, em mitificar de outra forma o bandeirante. Os valores que destacou não foram os mesmos de outra

mitificação, como a de 32, por exemplo. Os valores que destacou foram os que serviriam para pensar a bandeira como a gênese de Estado Novo – o que procurou no conhecimento histórico produzido anteriormente foram os elementos que transpôs como advindos da bandeira para o seu momento presente: a concentração de poderes nas mãos do chefe da bandeira; a expansão geográfica e a integração territorial que o movimento bandeirista proporcionara, formando o contorno físico do Estado Nacional; a miscigenação, como instrumento de democratização. Assim, o mesmo símbolo de luta pela autonomia do estado e pela hegemonia dos estados mais ricos, se transformou mediante a análise de Ricardo, no símbolo de um governo que lhe era oposto.

Ricardo não negou as realizações das bandeiras, apontadas pela elite paulista. Deu-lhes outro significado e concentrou nelas as qualidades do presente, para o qual procurou justificativa histórica, no plano político, explicando a “tendência popular para um governo forte” e as relações entre o governo do Estado Novo e a Nação. A bandeira representou a fé, autoridade, disciplina, obediência, hierarquia, solidariedade - tudo, enfim, que o Estado Novo preconizava para o Brasil. Acima de tudo, deixou de ser o símbolo paulista, por excelência, para se transformar num símbolo nacional – enquanto os paulistas exaltavam nos bandeirantes os traços que os caracterizavam como membros de um estado, de um povo, até de uma “raça paulista”, Cassiano Ricardo destacou as características que poderiam ser tomadas para se esboçar a nacionalidade brasileira não mais a “paulista”.

A fundamentação de nacionalidade através do bandeirismo determinou interpretações da realidade coincidentes não só com as aspirações do modelo político, mas também com os interesses da expansão econômica que se realizava. O Oeste, que as bandeiras tinham conquistado para o território brasileiro – representava grandes riquezas inexploradas e a possibilidade de aproveitamento de terras férteis e virgens. O vazio demográfico devia ser ocupado para que o Brasil explorasse todas suas pos-

sibilidades para evitar o “imperialismo demográfico militar”, que as atitudes de países da Europa faziam prever, para resolver seus problemas populacionais. Por tudo isso havia necessidade que novas bandeiras se organizassem, para ocupar o Brasil Central e outras regiões de baixa densidade demográfica.

As “novas bandeiras”, entre as quais incluiu a expansão da cafeeira para o oeste paulista, não poderiam ser entendidas mais, como “instrumento específico de uma sociedade de um sistema de vida”, mas sim, como “bandeirismo”, entendido no sentido de pioneirismo, de posse de territórios, não de propriedade; da extensão da nacionalidade até rincões onde não havia chegado a “civilização brasileira” rincões estes que dariam maior riqueza ao país.

Todo esse conjunto estava ligado, na obra de Cassiano Ricardo, ao bandeirismo paulista, e São Paulo, “base política e social do Estado Novo” haveria de dar continuidade ao processo econômico, iniciado pelos bandeirantes do século XVII, em permanente evolução, pelas ações de bandeiras mais recentes. Ele procurou aí, integrar São Paulo, o maior contestador do centralismo de governo, no ideário do Estado Novo. Utilizou o símbolo que os paulistas defensores da federação tinham criado e a ele deu o significado oposto. Não se tratava de negar o poderio econômico do estado, mas de levá-lo a aceitar os novos valores impostos pelo sistema de governo, os quais Cassiano Ricardo procurou demonstrar, existiam desde muito antes, em São Paulo – fase do bandeirismo e de seu fruto: o Estado Novo.

Ainda em 1956, em *Pequeno Ensaio de Bandeirologia* o autor retomou o tema, ligando, com o mesmo arcabouço teórico, as bandeiras ao Estado Novo, que teria representado a instalação de uma democracia social no Brasil.

O bandeirante, no Estado Novo, não teve a mesma força que adquirira durante a Primeira República, ao representar os interesses políticos da elite paulista, antagônicos ao regime getulista. Sua presença maior encontrou repercussão somente

na obra de Cassiano Ricardo, com poucas vozes que se fizeram ouvir, usando o símbolo na mesma direção.

Logo após a Revolução de 1932 surgiram obras menores de divulgação que não faziam senão repetir, em linhas gerais as pesquisas dos autores de obras matrizes e algumas delas tinham mais a intenção de estimular a oposição de São Paulo, logo após a derrota do movimento, valorizando novamente os aspectos mais conhecidos da figura do bandeirante. Mas de qualquer forma, a década de 30 marcou o fim das grandes obras sobre as bandeiras, produzidas pelos historiadores ligados à elite paulista, como marcou também o fim da hegemonia de São Paulo. O Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo continuou, através de sua *Revista*, a abrigar os trabalhos que ainda saíram. Na Universidade de São Paulo, depois de Alfredo Ellis e Taunay o tema foi praticamente abandonado, como tema de pesquisa.

Se a pesquisa histórica não tem produzido nova obra sobre as bandeiras e os bandeiristas, nem por isso ele desapareceu como símbolo. Os traços fortes do seu contorno, que lhe foram dados pelos historiadores paulistas, permanecem marcantes. Isto permite que seja ainda uma figura de retórica constante nos discursos políticos e que, sobretudo, faça parte do cotidiano de São Paulo, mediante a utilização de sua imagem nos monumentos, nomes das ruas, estradas, como o grande herói de São Paulo, personificação do “Povo Paulista”.

## REFERÊNCIAS

- CAPELATO, Maria Helena R.. *O movimento de 1932. A Causa Paulista*. São Paulo: Brasiliense (Coleção Tudo é História), 1981
- FARIA A. A.; BARROS, E. L. de. *O retrato do Velho*. São Paulo: Atual:1984.
- JORNAL DAS TRINCHEIRAS: órgão da Revolução Constitucionalista. *Eterno Bandeirante*. São Paulo: 22 de setembro de 1932
- JORNAL DAS TRINCHEIRAS: órgão da Revolução Constitucionalista. *Ouro*, op. cit, 18 de setembro de 1932),

- LENHARO, Alcyr. *Corpo e Alma*. As sombrias mutações do poder. 1930-1040. São Paulo: USP, 1985 (tese de doutorado).
- RICARDO, Cassiano. *Marcha para Oeste*. 4a. ed. Rio de Janeiro: José Olímpio: 1970 (Documentos Brasileiros)
- \_\_\_\_\_. *Pequeno ensaio de bandeirologia*. Rio de Janeiro: MEC, 1956
- \_\_\_\_\_. O Estado Novo e o seu sentido bandeirante. *Cultura Política*: 1: (1): 1941: 110:132.
- São Paulo: sua terra, sua gente: 1932 (Panfleto anônimo da Revolução de 32)